




EDITAL

Informam-se todos os interessados que nos termos do Artigo 14º, nº1 e 2 da Lei 75/2013 de 12 setembro, foi convocada uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, para o dia 18 de dezembro de 2014, pelas 21.00h, a decorrer na sede do na sede do Grupo Desportivo da Fonte Nova, Rua Paulino de Oliveira nº62 r/c, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- A) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- B) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
- C) PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
 - 1) APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR;
 - 2) APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE;
 - 3) DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ARTIGO Nº3 DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS;
 - 4) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL;
 - 5) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TABELA DE TAXAS PARA 2015;
 - 6) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2015;
 - 7) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, ORÇAMENTO, PPI E PPA;
 - 8) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO ENTRE A UNIÃO DE FREGUESIAS E O INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA;
 - 9) DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE VIATURA COM CAIXA BASCULANTE E GRUA.

SETÚBAL, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

A Presidente da Assembleia de Freguesia



(Ana Pereira)



Aos dezoito dias do mês de dezembro e prolongamento aos vinte e dois dias do mesmo mês, do ano dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal, em sessão ordinária, dia 18 - no salão do Grupo Desportivo Fonte Nova, sito na Rua Paulino de Oliveira nº 62, em Setúbal e no dia 22 - na sede da Junta de Freguesia - Rua do Mormugão nº 40, em Setúbal. Foi Presidida por Ana Isabel Espada Pereira, secretariada por Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço como 1ª secretária, por Dina Maria Ferreira Rocha Lança como 2ª secretária e todos os eleitos presentes, conforme folha de presenças assinada.-----

C) PERIODO DA ORDEM DO DIA

- 1 - Aprovação da ata da sessão anterior; ficou aprovada por unanimidade; -----
 - 3 - Discussão e aprovação da proposta de alteração do nº 3 do artigo 3º (Isenções) do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças; após alteração, ficou aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e um voto contra; -----
 - 4 - Discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal; ficou aprovada por unanimidade; -----
 - 5 - Discussão e votação da Tabela de Taxas para 2015; após alteração incluindo a taxa frigorífica ficou aprovada por unanimidade; -----
 - 7 - Discussão e votação do Mapa de Pessoal; ficou aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Orçamento para 2015; ficou aprovado por maioria, com sete votos a favor e seis abstenções, comprometendo-se o Executivo a apresentá-lo já retificado em sessão Extraordinária em Janeiro/2015. Discussão e votação do PPI e PPA; ficou aprovado por maioria, com sete votos a favor e seis abstenções; -----
 - 8 - Discussão e votação do Protocolo entre a União de Freguesias de Setúbal e o Instituto Padre António Vieira; ficou aprovado por unanimidade; -----
 - 9 - Discussão e Aprovação da Proposta de Aquisição de Viatura com Caixa basculante e grua; ficou aprovada por unanimidade. -----
- Para efeitos do nº 3 do Artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações dos pontos números 1; 3; 4; 5; 7; 8 e 9 constantes da ordem de trabalhos e acima discriminados, foram aprovados em minuta da ata por unanimidade.

A PRESIDENTE Ana Isabel Espada Pereira

A 1ª SECRETÁRIA Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço

A 2ª SECRETÁRIA Dina Maria Ferreira Rocha Lança



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL DO MUNICÍPIO DE SETÚBAL, REALIZADA AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E CATORZE

ATA Nº 6/2014

Aos dezoito dias do mês de dezembro com prolongamento aos vinte e dois dias do mesmo mês, do ano de dois mil e catorze, reuniu-se em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal do Município de Setúbal; dia 18 no salão do Grupo Desportivo Fonte Nova, sito na Rua Paulino de Oliveira nº 62, em Setúbal e dia 22 no salão da sede da Junta de Freguesia, sito na Rua do Mormugão nº 40, em Setúbal.-----

A Mesa da Assembleia foi presidida por, **ANA ISABEL ESPADA PEREIRA (PS)**, secretariada por Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço (PS) como primeira secretária e Dina Maria Ferreira Rocha Lança (PS) como segunda secretária.

Compareceram os seguintes membros:-----

Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária -----

Maria Luís Alves da Silva Nunes; João Luís de Matos Barreiros Poeira; Alberto Manuel de Sousa Pereira; Maria de Fátima Fernandes Ferreira; António José de Oliveira Freixo; Jorge Gordo Martins; Olinda de Jesus Batista Fidalgo Peixoto. -----

Bancada do PS – Partido Socialista -----

Paulo Alexandre Tavares Gomes; Paulo Jorge Oliveira da Silva; Pedro Alexandre Gonçalves Conde de Jesus; -----

Bancada da Coligação de Por Setúbal, Por Si -PPD/PSD.CDS-PP -----

Paula Cristina Lopes Claro (em substituição de Pedro Gaiveo Duarte Luzio), Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto; Carlos Alberto Calçada Cunha; Paulo José Teixeira da Silva Mateus.-----

Bancada do BE – Bloco Esquerda -----

Carlos Manuel dos Reis Branco. -----

EXECUTIVO DA JUNTA -----

Presidente – Rui Manuel do Rosário Canas (CDU) -----

Tesoureiro – Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU) -----

Secretário - Fátima de Jesus Carixas Silveirinha (CDU) -----

Vogal - Ciro de Sá Silva (PS) -----

Vogal - João Vítor Miranda Inácio (PS) -----

Vogal - Vítor José Ferreira Vargas dos Santos Batista (Coligação Por Setúbal, Por Si) -----

Vogal - Maria Cristina Pires Diz Viegas (CDS) (Coligação Por Setúbal, Por Si) -----

Não compareceram os seguintes membros: -----

Ana Lúcia de Castro Godinho (PS), Pedro Gaivéo Duarte Luzio (coligação Por Setúbal, Por Si) substituído por Paula Cristina Lopes Claro.-----

A Presidente da Mesa após cumprimentar todos os presentes, registou as presenças, leu as justificações de falta dos membros da Assembleia a saber: - bancada do PS, Ana Lúcia de Castro Godinho Rocha e Vítor Manuel Fernandes Cunha; da bancada da Coligação de Por Setúbal, Por SI, Pedro Gaivéo Duarte Luzio. Em seguida chamou o candidato imediatamente a seguir na lista, Paula

Cristina Lopes Claro, verificando a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após este ter prestado juramento legal empossou-o do cargo (anexo 1). Após dar conhecimento da correspondência recebida relacionada com os agradecimentos relativos às Moções enviadas, referiu que os mesmos estavam disponíveis para quem os quisesse consultar. Chegou à Mesa uma SAUDAÇÃO da bancada da Coligação Por Setúbal, Por si (anexo 2), referente ao reconhecimento do “Cante Alentejano” como Património Cultural Imaterial da Humanidade. A Presidente da Mesa depois de ter solicitado a sua leitura colocou-a para discussão. Após troca de opiniões entre as bancadas ficou acordado que a Saudação deixaria de ser da Coligação e passaria a ser da Assembleia, com a seguinte alteração no princípio: “Os eleitos da Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal (S. Julião, N^a S^a Anunciada e St^a. M^a da Graça) congratulam-se

Colocou-a para aprovação, tendo ficado aprovada por unanimidade. ----- Em seguida informou que tinha sido entregue na Mesa, pelo Bloco de Esquerda, uma Moção (anexo 3) – Contra o Processo de Municipalização das Escolas, a qual depois de lida pela referida bancada foi colocada para discussão, pela Presidente da Mesa.-----

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, senhor Calçada, começando por referir que no início do mês de Novembro, pela Federação Regional da Associação de Pais e a COSAP – Federação Concelhia de Setúbal das Associações de Pais e Encarregados de Educação, tinha sido realizado um seminário, na Escola Profissional, onde a maior parte das Associações tinham votado a favor da Municipalização das Escolas, mas não da Municipalização da Contratação dos Professores. Continuou referindo que fazia parte de duas Associações de Pais, as quais já se tinham debruçado sobre este assunto, estando plenamente de acordo que a responsabilidade das Escolas e do Pessoal fosse dos municípios, mas não no que respeitava aos professores. Referiu, ainda, que as Escolas Básicas têm funcionado bem com as Autarquias, não havendo qualquer perigo. Terminou a sua intervenção referindo que as escolas são dos alunos e dos cidadãos, sendo as Autarquias os Órgãos mais próximos destes; no entanto salientou que as Associações de Pais, apesar de saberem que as questões relacionadas com os professores são resolvidas pelo governo, defendem que os mesmos deveriam ter conhecimento das vagas existentes nas diversas escolas.-----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Jorge Martins, começando por salientar que, pelo menos nesta autarquia, o PSD estava contra o Ministro da Educação, nomeadamente na falta de professores nas escolas, o que era de valorizar pois nisso estão todos de acordo. Continuou referindo que, quanto a municipalizarem a educação é uma questão que está a ser colocada pelo governo e não pelas autarquias. Quanto a esta questão e a troco desta moção levanta-se um problema, ou seja que mais cedo ou mais tarde todos têm que discutir e entender o que está em cima da mesa e, por exemplo, esta semana todos os municípios desta região receberam uma proposta do projeto lei do governo para opinar até há próxima semana, o que é um espaço muito curto, sobre esta questão dando a sua opinião, ou prestar contas, sobre este projeto de municipalização, onde estão incluídas coisas como seja decidir ou orientar aquilo que é o projeto curricular da escola em questão. Isto é pôr em causa o ensino como um todo nacional, mais propriamente criar escolas de primeira e de segunda porque há de certeza municípios com capacidade de garantir escolas com acompanhamento pedagógico, com funcionários, com verbas etc...e há outros que não têm, nem de perto nem de longe, estas condições. Nós estamos todos de acordo e talvez a CDU seja a força política que tem demonstrado, pela prática, que a descentralização é necessária, a prova disso é a descentralização para as freguesias em que todos, enquanto autarcas da CDU, defendemos. No entanto a descentralização numa questão destas, que é central, que garante unidade, coesão e deveria garantir o princípio da igualdade entre todos os estudantes sejam do litoral, do interior, do norte ou do sul, é um princípio que não se enquadra aqui, mas sim no poder central intermédio que está previsto na constituição através da regionalização como todos nós conhecemos e sabemos que

tem vindo a ser adiado ao longo dos anos. Terminou a sua intervenção referindo que tudo o que se estava a passar, não era nada mais, nada menos, do que uma estratégia do estado e do governo para se desresponsabilizarem de uma matéria de grande importância e de garantia de direitos dos cidadãos, sendo de louvar o alerta que esta Moção transmite, principalmente aos municípios para que tivessem consciência e discernissem esta questão. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, Carlos Branco, dizendo que existia um parágrafo que lembrava “que as Câmaras Municipais podem ser financiadas com cerca de treze mil e seiscentos euros por cada professor que suprimam”; referiu não saber quanto foi suprimir o Ministro da Cultura, mas se calhar haveria também uma verba para suprimir o Ministro da Educação.-----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, referindo que este problema é insolúvel e a boa vontade do governo não vai dar em nada, uma vez que as tentativas anteriores chamadas “autonomia das escolas” só serviram para queimar ministros, o problema é que o Ministério da Educação é uma máquina que vai cilindrando todas as pessoas que caem na asneira de ir para ministro de educação. Portanto não vale a pena perder-se muito tempo com este assunto porque “a máquina “ que rodeia o ministro não está interessada com a autonomia das escolas. As coisas só funcionam bem quando há realmente interesse nisso.-----

Teve a palavra a Presidente da Mesa, referindo que o problema não é a autonomia nem a municipalização das escolas, mas sim a falta de meios. Seguidamente propôs que o título da Moção fosse alterado e em vez de “o Processo” ficasse “Este Processo”. -----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, Jorge Martins, referindo que mais importante que o título era o conteúdo e que a alteração dependia do proponente.-----

Teve a palavra o Vogal do Executivo Victor Batista referindo que no ponto 4 não era Ministro da Educação e Cultura mas sim Ministro da Educação e Ciência.-----

Seguidamente a Presidente da Mesa, colocou a Moção para votação, com as devidas alterações, ficando a mesma aprovada com treze votos a favor (7 CDU; 1 Bloco Esquerda e 5 PS); 5 abstenções (4 da Coligação Por Setúbal, Por Si; 1 PS).-----

A Presidente da Mesa solicitou à bancada da CDU que lesse a Moção entregue na Mesa – “Em defesa das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública Local” (anexo 4). Foi, a mesma, colocada para discussão.-----

O membro da bancada do Bloco de Esquerda, lembrou que há mais ou menos um ano tinha entregado uma Moção idêntica, a qual tinha sido aprovada pela atual Assembleia, mais propriamente antes do Tribunal Constitucional tomar essa decisão; no dia seis de janeiro é decretada a inconstitucionalidade do processo e no dia 9 de Janeiro foi afixado nesta Junta de Freguesia um Despacho com as 35 horas semanais. Portanto não eram contra a Moção apresentada.-----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, referindo que, para quem conhece a história, esta questão é verdadeiramente inacreditável. Durante muitos anos os funcionários públicos portugueses trabalhavam das onze da manhã às cinco da tarde, o que dava seis horas por dia. No entanto quando o Salazar chegou ao poder, o ministro das finanças verifica que este sistema é um caos e que a falha está na hora do almoço. Então ele cria o horário das nove e meia ao meio dia e meia e das catorze às dezassete, o que dava seis horas diárias. Seis dias semanais vezes as seis horas diárias dava igual a trinta e seis horas semanais. Nos anos sessenta inventou-se a semana-inglesa e o funcionário deixou de trabalhar ao sábado à tarde, passando a entrar às nove horas, ou seja dava mais meia hora por dia e no fim dava na mesma as trinta e seis horas semanais. Nos anos setenta é instituída a semana-inglesa, passou-se a trabalhar mais meia hora por dia, ou seja das nove ao meio dia e meia e das catorze às dezassete e meia, o que equivaleu e equivale a sete horas diárias que multiplicadas por cinco dias, excluindo sábado e domingo, dá as tão faladas trinta e cinco horas semanais. Atualmente apareceu um governo que quer impor um horário de quarenta horas por

semana, não se entende o porquê, vamos recuar no tempo, o que dá a entender que não aprendemos nada com a história. Terminou dizendo esperar que futuramente o novo governo acabe com esta aberração.-----

Teve a palavra a membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Ana Nieto, referindo que existem funcionários públicos que fazem quarenta horas e outros que fazem trinta e cinco.-----

O membro da bancada da CDU, Jorge Martins, pediu a palavra respondendo que o governo lança a lei dando abertura para que as empresas façam acordos de horários, no entanto e a seguir desvirtua aquilo que faz, esquecendo que existe uma serie de acordos de empresas, como por exemplo entre as autarquias e os sindicatos dos trabalhadores dessas autarquias, ficando na gaveta à espera sabe-se lá do quê. Isto tudo porque fizeram uma lei à medida que diz que é o secretário de estado que tem que dar o aval, como se isso fosse possível. Isso depende do acordo que é feito entre a entidade empregadora e o funcionário, como que se a necessidade do poder local estivesse sob a alçada do governo numa questão de inverter a constituição ou de rasga-la completamente. Terminou dizendo que a grande maioria das autarquias estão a fazer o horário de trinta e cinco horas, mesmo contra o governo e contra tudo.-----

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa, colocou a Moção para aprovação tendo ficado aprovada por maioria com catorze votos a favor (7PS; 7 CDU) e quatro abstenções (4 Coligação Por Setúbal, Por Si).-----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, referindo que ao receber os documentos para a Sessão da Assembleia reparou que tinham um logotipo novo. Gostaria de saber se o mesmo já era oficial, o que não deixava de ser estranho uma vez que a Assembleia de Freguesia não o tinha aprovado, nem sequer tinha tido conhecimento e a Lei 75/2013, na alínea p) do artigo 9º ao referir-se às competências da Assembleia de Freguesia diz: “Estabelecer, após parecer da Comissão Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição dos brasões, etc.....”. Continuando a sua intervenção sugeriu que a Junta de Freguesia em 2017 deveria celebrar, com um evento e/ou uma placa comemorativa, os 170 anos da Batalha do Alto Viso que teve lugar a 1 de maio de 1847 na Zona do Viso no Casal das Figueiras, o que na altura foi fundamental para o futuro de Portugal, pois na segunda metade do século houve uma regeneração dando origem a uma democracia “ O Portugal Moderno”. Terminou a sua intervenção fazendo uma breve explicação sobre este acontecimento mencionando, novamente, que a Junta deveria fazer algo para que não fosse esquecido e ficasse para a prosperidade.-----

Teve a palavra o Presidente da Junta que, após cumprimentar todos os presentes, informou que a nova imagem da Junta, “logotipo” caso preferissem, não substituíria os brasões das freguesias, apenas os incorporava como se podia constatar no novo símbolo, o qual tinha sido aprovado pelo Executivo da Junta após ter analisado várias propostas. Terminou a sua intervenção corroborando com a sugestão de se fazer uma homenagem à Batalha do Alto Viso, não só para que não caísse no esquecimento como também para dar a conhecer à futura geração a razão do nome - Rua Batalha do Viso, ficando assim assinalada para a prosperidade.-----

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco Esquerda, Carlos Branco, sugerindo que o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, fizesse uma pesquisa sobre o motivo que levou os Setubalenses a revoltarem-se contra a monarquia, porque possivelmente essa é a parte mais importante da batalha.-----

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, comentando sobre o endividamento da Câmara de Setúbal, pelo que referiu que tinha em sua posse alguns dados onde Lisboa, sendo capital, o endividamento por habitante era de 1.603,00 €, em segundo estava Sesimbra e em terceiro Setúbal com o valor de 705,17 €, facto extraordinário, uma vez que o quarto, o quinto e mais umas quantas Câmaras CDU estavam em situação idêntica, tornando-se preocupante a maneira como a CDU gere as autarquias.-----

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, Carlos Branco, referindo que, em relação ao endividamento da Câmara de Setúbal, deveriam ter em consideração que, A Casa da Cultura, o Fórum Luísa Todi, a Casa da Baía e outros, tinham sido recuperados e quando não existe Ministério da Cultura que o faça, o investimento terá que ser feito por alguém porque a Cidade merece.-----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, dizendo que o endividamento da Câmara em cerca de 38 milhões de euros de despesa corrente estava relacionado com o não pagamento a fornecedores, dando origem a que muitas dessas empresas fechassem por não conseguirem subsistir uma vez que dependiam desses pagamentos. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Pedro Jesus, questionando o Executivo sobre quem tinha a responsabilidade da limpeza das papeleiras, pois não eram limpas há meses, principalmente as existentes na Quinta do Quadrado zona onde habita. Terminou lamentando que, pela terceira vez consecutiva, não tivessem informado os membros da Assembleia sobre as festas e/ou eventos que a Junta realizou, o que já tinha sido solicitado anteriormente, tendo o senhor Presidente respondido que poderíamos ficar descansados. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Jorge Martins, referindo que quanto ao endividamento só por si era preocupante, mas nele deveriam ser enquadradas as obras que entraram através do QREN, o que era positivo, no entanto ao tratar-se de fornecedores já não se poderia dizer o mesmo, apesar de tudo estar relacionado com os cortes, que o Governo tem feito, nas verbas para as autarquias. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, referindo que o QREN não pertencia ao Governo mas sim à União Europeia e para receberem 60% da despesa tinham que apresentar recibo e as empresas não o passavam sem primeiro terem recebido. -

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, António Freixo, dizendo não saber o motivo pelo qual estavam todos tão nervosos e preocupados com as autarquias da CDU, assunto que não se enquadrava na atual sessão, no entanto também existiam Câmaras do PSD e do PS com endividamentos, mas nessas ninguém falava, só a Câmara de Setúbal, que até tem muita obra feita, é que tinha servido de exemplo. Terminou referindo que das duas uma, ou a Câmara fazia obras e gastava verba ou tinha esse dinheiro no banco e não fazia nada.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta, Rui Canas, para que este respondesse às questões levantadas. Quanto às papeleiras, referiu que nem todas eram da responsabilidade da Junta, conforme mapa que tinha sido distribuído no início do ano, para além de que muitas delas, mesmo sendo limpas pelos trabalhadores da Junta quando danificadas comunicava-se à Câmara para que fossem substituídas, uma vez lhe caber essa responsabilidade. No entanto no que dizia respeito à limpeza da Quinta do Quadrado por pertencer à Junta, ficou de esclarecer o assunto com os trabalhadores. Terminou, referindo que todos os eventos são anunciados publicamente, por editais e colocados no facebook da Junta de Freguesia para que possam ser consultados via net. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa referindo que esta questão já tinha sido colocada várias vezes em outras Assembleias, no entanto, apesar de concordar que as informações estivessem no Facebook para serem consultadas, nem todos têm acesso à Internet, e que por uma questão de cordialidade e respeito pelos eleitos, a Junta deveria informá-los diretamente, pelo menos via correio eletrónico. -----

Pediu a palavra a membro da bancada do PS, Donátia Moço, questionando o Executivo da Junta de quem era a responsabilidade da varredura e limpeza dos sumidouros na Rua de Vanicelos, na Travessa de São Joaquim e na Praceta das Amoreiras, derivado ao amontoado de folhas existentes que os entopem. -----

Em resposta o Presidente da Junta, Rui Canas, informou que a varredura nas referidas zonas pertencia à Junta mas que os sumidouros eram da responsabilidade da empresa Águas do Sado, no

entanto os trabalhadores quando varriam tinham o cuidado de os desentupir. Quanto ao amontoado de folhas, deveriam ter em conta a época em que acontecia, pois no Outono quando acabavam de varrer, atrás deles já existiam folhas caídas. No que dizia respeito à limpeza das ruas, informou que, por serem em grande número e não haver pessoal suficiente para todas, tiveram que criar critérios implicando que as mais movimentadas, onde havia mais lixo, seriam limpas todos os dias e as outras com menos movimento eram limpas de x em x dias. Terminou referindo que tem acompanhado pessoalmente este assunto da limpeza e notou que a população está satisfeita com a varredura.-----

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa passou ao Período da ordem do dia, dando início ao primeiro ponto – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, colocando-a para discussão.

Pediu a palavra o membro do Bloco de Esquerda, Carlos Branco, referindo que faltava a identificação partidária de cada membro do Executivo.-----

A Presidente da Mesa teve a palavra para mencionar que na página 5 a palavra Praça, referente à Praça do Brasil, estava com um asterisco em vez de um P maiúsculo e deveria ser alterada.-----

Seguidamente não havendo mais alterações a serem feitas na Ata nº 5, foi a mesma colocada para aprovação com as referidas alterações, tendo ficado aprovada por unanimidade.-----

Antes de passar ao ponto dois da ordem de trabalhos – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE, a Presidente da Mesa fez uma observação em relação ao ponto seis da ordem de trabalhos - Grandes Opções do Plano para 2015, referindo que por lapso estava mencionado “Votação” e não tinha que ser votado. Após o esclarecimento deu por aberto o ponto número dois colocando-o para discussão. Seguidamente deu a palavra ao Presidente da Junta, Rui Canas, o qual referiu que a informação não era do Presidente mas sim do Executivo da Junta, na qual tinham tentado dar a conhecer toda a informação do trabalho realizado, no entanto não tinha sido possível espelhar todo o trabalho realizado, principalmente na área operacional, para além de que neste setor ainda havia muito a fazer e muito material a adquirir. Terminou a sua intervenção dizendo que estava ao dispor para responder às questões que lhe quisessem colocar acerca da referida informação.-----

Pediu a palavra a membro da bancada do PS, Dina Lança, que após cumprimentar os presentes colocou como primeira questão a necessidade urgente de desobstruírem a Ribeira que vai da Rasca, mais propriamente da zona do Picheiros onde morava o senhor Luís Florival, até à Gávea porque a chuva tinha provocado cheias e estragos em diversas casas, colocando em risco a vida das pessoas que ali vivem. Outro problema focado foi a falta de segurança nas bermas em toda a Zona Rural da Rasca. Terminou a sua intervenção questionando sobre quando terminariam as obras em toda a zona da Praça do Brasil porque quando chove o acesso as casas torna-se complicado. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, Carlos Branco, questionando se o Centro Comunitário de Santa Maria era uma Coletividade ou seria pertença da União das Freguesias de Setúbal. No que respeitava à dinamização da baixa da cidade na época Natalícia, sabia que essa responsabilidade pertencia à Câmara Municipal, no entanto este ano a Junta também tinha participado e por esse motivo sugeriu que se deveria alargar o mesmo procedimento a outras zonas da freguesia. Quanto ao requerimento que tinha solicitado ao senhor Presidente da Junta na última Sessão de Assembleia de Freguesia, sobre o Relatório da Câmara Municipal no que respeitava aos transportes públicos na cidade, gostaria de saber qual o ponto da situação; assim como também gostaria de saber sobre o levantamento solicitado em relação ao amianto nas Escolas. Terminou perguntando se a desratização no Casal das Figueiras, que tinha sido solicitada pela Presidente da Associação do Bairro da Anunciada, tinha sido feita.-----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus, perguntando de quem era a responsabilidade da limpeza no Jardim da Algodeia, principalmente no que se referia à zona do lago, pois para além de terem morrido peixes toda a zona parecia abandonada.-----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que tinha conhecimento de que estava agendada uma reunião para o futuro evento FESTASSO, no entanto nada tinha sido falado nem esclarecido sobre a FESTASSO anterior.-----

Pediu a palavra a membro da bancada do PS, Dina Lança, alertando para o facto de algumas pessoas na Zona da Rasca estarem a tapar buracos no asfalto por iniciativa própria, derivado à dificuldade que têm não só em circular, como também no acesso às suas habitações, por serem tantos os buracos nos caminhos do interior da Aldeia.-----

A Presidente da Mesa salientou que tinha sido salutar as visitas aos Bairros e perguntou quando tinham começado.-----

Teve a palavra o Presidente da Junta começando por referir que a limpeza das Ribeiras não pertencia à Junta de Freguesia mas sim ao Instituto da Água que mediante um acordo proposto pela Câmara Municipal e esta por sua vez em parceria com a Engenharia Militar planificaram um conjunto de intervenções mais urgentes como por exemplo na Zona da Rasca, na Zona da Aldeia Grande, no Rio da Figueira e no Grelhal, no entanto os trabalhadores da Junta também têm feito intervenções de carácter urgente nesta zonas da freguesia, principalmente quando a precipitação de água das chuvas é maior e dificulta o acesso às casas. Quanto ao asfalto na Zona da Rasca o assunto estava a ser estudado pelos serviços da Câmara e possivelmente no princípio do ano iriam colocar alcatrão, mas no que respeita aos passeios pedonais esse assunto é mais complicado e difícil apesar de ter sido falado e de ter ficado em estudo. O Centro Comunitário já existia e estava ligado à Junta de Freguesia de Santa Maria da Graça, no entanto com a União das Freguesias de Setúbal mantiveram-se um conjunto de projetos que por serem uma mais-valia para a população deveriam continuar. Referindo-se à época Natalícia disse que, para além da instalação de alguma iluminação, têm sido desenvolvidas algumas atividades em conjunto com os comerciantes da baixa, não esquecendo que tudo que tem sido feito tem que ser dentro das possibilidades financeiras da Junta. No que respeita à rede de transportes públicos já tinha sido solicitado aos serviços da Câmara informação sobre a rede das carreiras na cidade, pois deveriam ser repensadas e analisadas a vários níveis como por exemplo até às Zonas Rurais. Sobre a questão dos amiantos das Escolas já foi solicitado um relatório, mas como não é da responsabilidade da Câmara a Junta terá de aguardar pela resposta dos serviços competentes. A limpeza da zona do Jardim da Algodeia é da responsabilidade da Câmara, no entanto a Junta irá alertar os serviços camarários para este assunto. O evento FESTASSO para além de já ter sido discutido em Executivo, também foi feita uma reunião com as Associações participantes tendo-se chegado à conclusão, depois de terem sido analisadas as partes mais e menos positivas, que é um evento a realizar futuramente com algumas alterações. Advertiu, ainda, que as questões apresentadas na Sessão da Assembleia de Freguesia não deveriam ter razão de existir, uma vez que o Executivo da Junta era composto por várias forças políticas as quais na sua maioria estavam representadas nas bancadas da Assembleia e que por uma questão de bom entendimento os assuntos tratados nas reuniões deveriam ser comunicados às respetivas bancadas. No entanto não via inconveniente em fazer chegar à senhora Presidente da Assembleia o relatório do evento em causa. Terminou a sua intervenção dizendo que as visitas semanais aos Bairros da Freguesia iniciaram-se em setembro e faziam parte da sua forma de trabalhar, tendo como objetivo o levantamento dos problemas que lhes eram inerentes, a fim de lhes ser atribuído uma prioridade e serem integrados no programa do Protocolo de Competências, ou direcionados para o serviço e/ou instituição competente.-----

A Presidente da Mesa teve a palavra referindo de que as perguntas feitas na Sessão deveriam ser respondidas independentemente das bancadas e/ou dos partidos que as faziam, uma vez que todos os presentes, incluindo o público assistente, tinham o direito de serem informados.-----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que tinha sido mencionado pelo Presidente da Junta, na sessão anterior, de que quando as contas do evento FESTASSO

estivessem fechadas o Executivo apresentaria o relatório à Assembleia de Freguesia, no entanto já o tinham sido mas não o apresentaram, assim como também não apresentaram as atas do Executivo que tinham sido solicitadas pela bancada do PS. Terminou referindo que a Assembleia deveria ser informada e deveriam ser dadas respostas às questões colocadas, pois seguindo aquela ordem de ideias, também não era necessário o Orçamento ir à Assembleia uma vez que tinha sido aprovado pelo Executivo, bastava os membros dos diferentes partidos lá representados informarem as bancadas. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta informando que se tinha esquecido de responder à questão colocada pelo membro do Bloco Esquerda sobre a desratização e a desbaratização, mas que esses assuntos não eram da responsabilidade nem do pelouro da Junta mas sim da Câmara e em casos mais graves com a Delegação de Saúde. Informou, ainda, que a aplicação de herbicidas e outros químicos só pode ser feita por pessoas formadas e habilitadas para isso. Quanto à FESTASSO, informou de que tudo o que tinha sido relacionado com este evento tinha ido a Executivo e tinha sido com o conhecimento e a aprovação do mesmo para além de que também tinham participado. No que respeitava ao pedido das atas do Executivo não lhe tinha chegado nenhum requerimento, no entanto elas eram públicas assim como outros documentos. Iria dar ordem para que os serviços fornecessem esses dados. -----

A Presidente da Mesa fez uma intervenção referindo que, para além dos serviços lhe terem confirmado que lhe tinha sido enviado o pedido, o mesmo requerimento também lhe tinha sido dado em mão própria durante a Sessão em que ele estava presente, simplesmente ele não tinha respondido. -----

Seguidamente, não havendo mais intervenções passou ao terceiro ponto da ordem de trabalhos – **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ARTIGO Nº 3 DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS**, o qual foi colocado para discussão. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta referindo que com a nova legislação foram atribuídas novas competências à Junta, sendo uma delas passar a Licença de Ruido a que está associada uma taxa, originando que o Associativismo solicitasse a isenção do seu pagamento, à semelhança do que faziam na Câmara. No entanto para que possa ser dada uma resposta atempada às Instituições que o solicitam terá que se alterar o referido Artigo nº 3 do Regulamento e Tabela de Taxas para que o Executivo possa deliberar nesse sentido. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa referindo que já sabiam que isto iria acontecer mediante a Lei setenta e cinco de dois mil e treze, pois ao contrário do que o governo dizia que as Juntas com as novas competências iriam cobrar novas taxas, todos se aperceberam que essas taxas iriam ser alvo de isenções como por exemplo para o Movimento Associativo. Terminou referindo que tudo isto só vem comprovando, na prática, os argumentos falaciosos que o governo apresentou não só à Comunicação Social como também à População para a defesa da Reorganização Territorial apresentada. -----

Pediu a palavra o membro do Bloco de Esquerda, Carlos Branco, dizendo que este assunto tem que ser muito bem estudado, não estando em causa a deliberação do Executivo quanto ao ato de isentar, que será em consciência, no entanto a sua bancada não está nele representada, implicando não ter conhecimento de como foi concedida essa isenção. Por esse motivo propôs que a Assembleia de Freguesia deveria ter conhecimento e reconhecer a Coletividade ou Entidade sem fins lucrativos que solicita o parecer, ficando assim registado todas Instituições que futuramente teriam sempre essa isenção. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, referindo que tinha lido a proposta e não tinha percebido absolutamente nada, uma vez que o que era proposto não fazia sentido. Continuou dizendo que a fundamentação estava tão bem feita que não entendeu se a intenção era a delegação não ser entregue à Assembleia mas ser da Junta, no entanto nada na sua leitura dizia isso.

Disse ter feito uma redação alternativa, mas depois da intervenção do Presidente da Junta teve que fazer outra redação alternativa à alternativa da proposta inicial que passou a citar como exemplo: ponto 2 – O pagamento de taxas poderá ser reduzido até à isenção total quando os requerentes sejam, comprovadamente, particulares de fracos recursos financeiros ou pessoas coletivas sem fins lucrativos. Ponto 3 – A Junta de Freguesia, através de deliberação fundamentada pode conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas. Terminou referindo que com a redação proposta ficava tudo mais claro e mais fácil de todos perceberem. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta referindo que a lei diz que a competência é da Assembleia de Freguesia e terá que ser esta a delegar a competência no Executivo. -----

Depois de uma breve troca de sugestões e opiniões o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, propôs a seguinte alteração ao ponto 3 – A Assembleia de Freguesia delega a competência na Junta de Freguesia, através de deliberação fundamentada, a concessão de isenções totais ou parciais relativamente às taxas. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa referindo que o ponto 2 e o ponto 3 passavam a ter a seguinte redação: Ponto 2 – O pagamento de taxas poderá ser reduzido até à isenção total quando os requerentes sejam, comprovadamente, particulares de fracos recursos financeiros ou pessoas coletivas sem fins lucrativos. Ponto 3 – A Assembleia de Freguesia delega a competência na Junta de Freguesia, através de deliberação fundamentada, a concessão de isenções totais ou parciais relativamente às taxas.-----

Seguidamente colocou para votação a nova **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ARTIGO Nº 3 DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS**, a qual ficou aprovada com dezassete votos a favor e um voto contra da bancada do Bloco de Esquerda, o qual fez a seguinte declaração de voto atendendo ao fixado na Lei setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro número 1 artigo 1. -----

A Presidente da Mesa, uma vez passar da meia-noite, colocou para aprovação a continuidade da Sessão, tendo a mesma ficado reprovada com oito votos a favor e dez votos contra. Seguidamente informou que a continuação da Sessão seria no próximo dia vinte e dois de dezembro, pelas vinte e uma horas na sede da União das Freguesias de Setúbal. -----

Segunda Parte aos vinte e dois dias do mês de dezembro ata nº 6/2014

A Presidente da Mesa deu por aberto o prolongamento da Sessão Ordinária do dia dezoito de dezembro, quando eram vinte e uma horas. Após cumprimentar todos os presentes e haver um breve esclarecimento sobre o que dizia o Regimento da Assembleia sobre o prolongamento das Sessões Ordinárias, ficou acordado que os representantes das bancadas se iriam reunir a fim de clarificar esta questão para que fosse transversal para todos. Seguidamente passou ao quarto ponto da ordem de trabalhos - **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL**, colocando o mesmo para discussão. Em primeiro lugar deu a palavra ao Presidente da Junta para que apresentasse a proposta.-----

Após cumprimentar todos os presentes o Presidente da Junta, Rui Canas, referiu que esta proposta se relacionava com a alteração feita em Junho ao quadro de pessoal, em que a lei tinha estipulado um número máximo de trabalhadores aquando da união das Juntas de Freguesia. Quanto aos dezoito lugares propostos abrir a Contrato a Termo Incerto relacionavam-se com as necessidades a que obrigava o Acordo de Execução e Contrato Interadministrativo com base na Delegação de Competências feito com a Câmara Municipal de Setúbal, nomeadamente na solução de um problema, que já vinha do tempo das outras Juntas, com os trabalhadores da rubrica Limpeza de Edifícios Municipais os quais não possuíam contrato, mas que com o novo Protocolo de Competências, passavam a ser da responsabilidade da Junta tanto em termos de contratos como de

vencimentos num total de doze. Quanto aos outros seis trabalhadores referiu serem necessidades decorrentes das outras competências assumidas no mesmo Protocolo, como por exemplo um pedreiro, um electricista, um calceteiro, um motorista de pesados e dois cantoneiros. Terminou a sua intervenção referindo que, antes de apresentarem a Proposta o assunto teve que ser bem estudado, uma vez que para além das leis a serem cumpridas, também existem várias interpretações das mesmas, o que ocasionou uma demora não prevista mas necessária. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, que após cumprimentar os presentes referiu que o Protocolo em questão tinha sido aprovado em Maio e só passado seis meses se voltou a tocar no assunto, questionou se não poderia ter sido feito mais cedo. -----

A Presidente da Mesa perguntou qual o motivo de não estarem mencionadas as datas no quarto parágrafo da página seis onde diz “os recursos humanos, nas datas...” e a que datas se referem. --

O Presidente da Junta, Rui Canas, respondendo à primeira questão, disse que parecia ter sido muito tempo para resolver este assunto, mas por questões burocráticas tudo tem que ser bem estudado e analisado e isso leva tempo. Quanto às datas que faltam estão relacionadas com o envio dos mapas do pessoal para o DGAEP – Direção Geral da Administração e do Emprego Público, no entanto apesar de não estarem mencionada na proposta estão feitas e corresponde ao envio do referido mapa trimestralmente para o SIIAL – Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais. -----

A Presidente da Mesa colocou para votação a **PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL**, que ficou aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente deu por aberto o quinto ponto da ordem de trabalhos – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TABELA DE TAXAS PARA 2015** e antes de a colocar para discussão explicou que a mesma não tinha sido distribuída com os outros documentos assim como também não constava na ordem de trabalhos que o Presidente da Junta tinha sugerido. No entanto como as taxas faziam parte das Receitas do Orçamento teriam que ser aprovadas em Assembleia, o que fez com que acrescentasse esse ponto na ordem de trabalhos. Após ter sido distribuída a Tabela de Taxas e de ter sido concedido algum tempo para ser analisada foi a mesma colocada para discussão.-----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, dando a mesma opinião de há um ano atrás, de que as fórmulas de matemáticas usadas para a atribuição das taxas não tinham consistência lógica e mencionou, mais uma vez, disponibilidade para ajudar a elaborar o Regulamento e Tabela de Taxas. Referiu, ainda, que na Lei não estão especificadas fórmulas matemáticas, simplesmente deverá constar no Regulamento a justificação do critério usado para a atribuição do valor das Taxas. -----

Após troca de opiniões ficou acordado aprovar um grupo de trabalho, para que futuramente e em data a combinar, reformulassem o Regulamento e Tabela de Taxas. O grupo é composto pelo membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, pelo membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus e pelo membro da bancada do PS, Paulo Gomes.-----

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa colocou a Tabela de Taxas para votação, tendo ficado aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente passou ao sexto ponto da Ordem de Trabalhos – **DISCUSSÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2015**, dando a palavra ao Presidente da Junta. Na sua intervenção, o Presidente começou por referir que tudo a que se tinham proposto fazer no ano anterior tinha sido concluído. Para dois mil e quinze o Executivo tinha elaborado uma serie de novos objetivos a atingir, não só no setor de obras e melhoramentos na freguesia, como também na renovação de equipamentos e melhoramentos no setor administrativo e pessoal, tendo em conta a experiencia adquirida com o que tinha sido realizado, conforme podiam analisar no documento que tinha sido distribuído. Terminou dizendo estar disponível para esclarecer alguma dúvida. -----

Não havendo intervenções relevantes a Presidente da Mesa passou ao sétimo ponto da ordem de trabalhos – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, ORÇAMENTO, PPI E PPA**, colocando-o

para discussão e concedeu a palavra ao Presidente da Junta para que fizesse a respetiva introdução a este ponto.-----

O Presidente da Junta começou por referir que a receita prevista era um pouco menor que a anterior, mas a nível de obras e melhoramentos havia muito a fazer, para além da necessidade de melhorar o setor operacional e administrativo, criando melhores condições de trabalho para que seja dada uma melhor resposta, o que implica melhoria nos equipamentos e ferramentas de trabalho como sejam fardamento, máquinas e instalações. As obras mais urgentes e de maior dimensão estão relacionadas com todo o Parque Escolar, com o interior do Mercado da Lota e com a construção de instalações para a área operacional não só como apoio às necessidades dos trabalhadores, como também a nível de armazéns para materiais, máquinas e veículos. Outra obra de maior relevância são os abrigos das paragens que estão danificados e que por ser uma obra bastante dispendiosa a Junta solicitou a intervenção da Câmara para que fosse encontrada uma solução entre as duas entidades. Todas as restantes obras como calçadas, jardins, varredura, etc..., que necessitam de intervenções diárias vão ser melhoradas substancialmente não só em qualidade de serviços como também em capacidade de resposta, uma vez que serão disponibilizados meios mecânicos adequados. Também iriam apoiar o Movimento Associativo com base num regulamento que estava a ser elaborado de maneira a que os critérios aplicados fossem iguais para todos não havendo desigualdades. Terminou a sua intervenção referindo que no próximo ano a receita seria inferior em diversas rubricas, como por exemplo no Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) que iriam receber menos quatro mil euros aproximadamente, assim como também iriam receber menos do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional e do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, no entanto não eram verbas muito significativas.-----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Silva, referindo que no ano passado tinha sido aprovado o Protocolo de Delegação de Competências com duração até 2017 e gostaria de saber se tinha havido alguma alteração.-----

Em resposta o Presidente da Junta disse que não, referindo que o ano ainda não tinha acabado e que o quarto trimestre ainda não estava fechado.-----

O membro da bancada do PS, Paulo Silva, referiu que tinha levantado aquela questão pelo facto de haver um lapso no Orçamento, ou seja nas Tabelas do anexo 3 e do anexo 5 nas verbas a serem transferidas para a Junta de Freguesia há uma diferença de 16.488,00 a menos no Orçamento, ou seja o valor desses dois anexos dava um total de 151.664,00 €, o qual somado com a rubrica seguinte de valor igual a 504.196,29 € dava um total de 655.860,29 € e não de 639.372,00 € como estava mencionado no Orçamento. Concluindo referiu que se não tinha havido alteração nas verbas do Protocolo como tinha questionado, então no Orçamento o valor da Rubrica de Delegação de Competências estava errado e deveria ser corrigido tanto na receita como na despesa.-----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus, referindo que a receita referente ao corrente ano estava próxima do que tinha sido previsto, no entanto no que respeitava à passagem das receitas para o próximo ano, todas as que eram diretamente geradas pela Junta eram de valores muito baixos, ou seja o Orçamento deveria ter em linha de conta que provavelmente para o ano não as teriam, sendo da opinião que deveria ser retificado nesse sentido. Sugeriu, ainda, que para o ano deveriam pegar no Plano Plurianual e criar as mesmas rubricas no Orçamento para que ficasse espelhado no POCAL. Quanto à despesa referiu que continuavam a aparecer rubricas sem gastos e como tal deveriam ser alteradas, para além de que existiam rubricas orçamentadas que não eram utilizadas, dando como exemplo a rubrica dos veículos onde estavam lançados vinte mil euros. Terminou sugerindo que deviam levar atenção nestas pequenas coisas e corrigir. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, referindo que na rubrica 1.2.2 deveria ser colocado o Imposto Municipal sobre Imóveis e não Contribuição Autárquica. Seguidamente

questionou se a ocupação da câmara frigorífica que estava englobada na rubrica pagamento de taxas, não deveria estar englobada na rubrica de aluguer de espaços e que o Mercado da Lota não deveria estar no 4.1.23.1.1 mas sim no 2.2.6.1 onde estão englobados os Mercados e as Feiras. No que correspondia à verba atribuída à rubrica do Recenseamento Eleitoral e Eleições perguntou se a mesma não era pequena e se tinham tido em conta que iria haver dois atos eleitorais. Terminou a intervenção pedindo esclarecimentos sobre o porquê da colocação das referidas rubricas naqueles códigos.-----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que o Orçamento da Junta em comparação com o Orçamento da “Praça do Bocage” era de elogiar. No entanto quanto à despesa foi da opinião que deveria estar mais virado para a área social que bem precisava.-----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Silva, pedindo explicações sobre uma rubrica nova 01.01.13.99 – Subsidio de refeição (outros vínculos) gostaria de saber a que se referia, como também gostaria de saber se a requalificação do Mercado da Anunciada iria dar origem só ao armazém ou se também se mantinham as lojas e as bancas e se no caso de ser só armazém, qual seria o destino dos comerciantes. -----

A Presidente da Mesa questionou o Executivo de que na sessão anterior tinham dito que o site da Junta não estava a funcionar mas que estava a ser tratado, no entanto no Orçamento apresentado essa despesa não estava contemplada. Gostaria de saber qual a situação do mesmo. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta referindo em primeiro lugar que a execução apresentada não era a final, pois existiam valores que com o decorrer dos trabalhos iriam sofrer alterações substanciais até abril. Quanto à receita basearam-se na do corrente ano. Falando no aspeto social, referiu que tinha sido contemplado e que estava inserido em diversas áreas, o que estavam era com outra especificação mas a função era a mesma, para além de que estavam fora do âmbito das ações do Centro Comunitário. Continuou respondendo sobre as classificações das rubricas do Mercado da Lota mais propriamente da Câmara frigorífica, dizendo que estavam bem classificadas por serem Taxas de ocupação e não de aluguer. No que respeita à rubrica 01.01.13.99 (outros vínculos) diz respeito à permanência do Presidente. Quanto ao site da Junta, irá ser feito por um informático e antigo funcionário da Junta de Santa Maria que, por ter constituído uma empresa ficou inserido na rubrica aquisição de serviços. Quanto à requalificação do Mercado da Anunciada no Bairro dos Pescadores, apesar do Instituto de Gestão Financeira não estar interessado na continuidade do mesmo, a Junta depois de ter constatado as opiniões tanto dos moradores da zona como dos vendedores, concluiu criar lojas independentes umas das outras viradas para a rua, mantendo assim os postos de trabalho e no restante espaço irá fazer o referido armazém, cuja obra ainda não começou por se estar a aguardar ordem da Segurança Social, apesar da Arquiteta e Tesoureira do Executivo já ter feito o projeto. -----

A Presidente da Mesa, referiu que a Assembleia de Freguesia no princípio do ano tinha aprovado verbas ainda vigentes correspondentes ao Protocolo de Competências e que, por lapso, essa rubrica no Orçamento apresentado tinha uma discrepância na verba, pelo que propôs que o Mapa de Pessoal, o Orçamento e o PPI/PPA, fossem votados em separado. Sugeriu, que fosse feito um intervalo de cinco minutos. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, Carlos Branco, referindo que na tabela de taxas faltava a taxa referente ao frigorífico. Terminou questionando se fosse necessário, em caso de catástrofe, ceder pessoal à Proteção Civil como é que lhes era pago. Entregou à Mesa uma Recomendação ao Executivo (anexo 5). -----

Em resposta o Presidente da Junta, Rui Canas, disse que o Regulamento e Tabela de Taxas do Mercado estava a ser tratado por dois membros do Executivo, nomeadamente a D. Fátima e D. Cristina. Quanto à cedência de pessoal à Proteção Civil em caso de catástrofe, não haviam despesas

especiais contempladas para isso, no entanto em caso de necessidade dava-se o que se tinha e que estivesse estipulado em Orçamento. -----

Após troca de opiniões e alguns esclarecimentos a Presidente da Mesa referiu que tinha ficado acordado que o Orçamento seria votado com a condição de que o Executivo assumia a correção da rúbrica, apresentando-a em Sessão Extraordinária a realizar em Janeiro. -----

A Presidente da Mesa colocou para votação o Mapa de Pessoal, que ficou aprovado por unanimidade.-----

Seguidamente colocou para votação o Orçamento, que ficou aprovado por maioria com sete votos a favor (seis da CDU e um do Bloco de Esquerda) e seis abstenções (três da Coligação de Por Setúbal, Por Si e três do PS). Por último colocou o PPI/PPA para votação tendo ficado aprovado por maioria com sete votos a favor (seis da CDU; um do Bloco de Esquerda) e seis abstenções (três da Coligação de Por Setúbal, Por Si; três do PS). -----

A bancada do PS fez uma declaração de voto que após a sua leitura entregou à Mesa (anexo 6).-----

A Presidente da Mesa deu por aberto o oitavo ponto da ordem de trabalhos – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO ENTRE A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETUBAL E O INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA**, colocando o mesmo para discussão e dando em primeiro lugar a palavra ao Presidente da Junta para que fizesse uma breve explicação como introdução.-----

O Presidente da Junta, Rui Canas, referiu que o Instituto tinha proposto à Junta parceria no projeto de ajudar os desempregados não só na procura de emprego, como também na maneira de o fazer, com a elaboração de documentos e por vezes no apoio das dificuldades e necessidades a nível psicológico, que essas pessoas atravessam. Terminou referindo que é um projeto que visa ajudar os desempregados que, infelizmente, não param de aumentar e que é uma mais-valia para quem necessita de ajuda. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, Carlos Branco, dizendo que na Clausula 4ª a data estava 2013 e deveria ser 2014 e que gostaria de possuir o Manual do Animador e o endereço de e-mail. Em resposta o Presidente da Junta disse que toda a informação estava no site da Instituição.-----

A Presidente da Mesa teve a palavra para referir que, por não ter havido intervenção do público no início da Sessão e por estarem presentes intervenientes neste processo, caso estejam interessados podem ter a palavra no final da Sessão. Seguidamente colocou o Protocolo para votação, tendo ficado aprovado por unanimidade.-----

Passou ao nono ponto da ordem de trabalhos – **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE VIATURA COM CAIXA BASCULANTE E GRUA**, colocando a mesma para discussão.-----

Concedeu a palavra ao Presidente da Junta, o qual referiu ser da maior necessidade a aquisição deste equipamento de trabalho, uma vez que aquele que existe está muito degradado, pois pertencia à Junta de Freguesia de Nª Sª da Anunciada e mediante o aumento de trabalho também não é suficiente, por esse motivo e após terem estudado diversas opções o Executivo optou por um leasing de cinco anos cujo valor está refletido na proposta distribuída.-----

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus, pedindo escusas na votação, uma vez que pertence aos quadros da empresa que está mencionada.-----

A Presidente da Mesa colocou a referida Proposta para votação, tendo ficado aprovada por unanimidade, com escusas do membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus. Seguidamente, uma vez finda a Ordem de Trabalhos e de acordo com o Regimento desta Assembleia, a Presidente da Mesa deu a palavra ao Público Presente. -----

Teve a Palavra a representante do GEPE – Grupo de Entreatajuda para a Procura de Emprego, Selda, que disse ser técnica superior de educação e estava acompanhada pela sua colega Júlia, desempregada há dois anos. Acompanhou o processo de despedimento de sessenta pessoas que num dia ficaram desempregadas e daí surgiu este projeto de nome GEPE que é apoiado pelo Instituto

Padre António Vieira – IPAV. Continuou referindo que em Setúbal não existia este apoio aos desempregados, no entanto existem pessoas nessa situação e lembrou-se de criar um grupo para os apoiar ajudando não só na procura de emprego como também na maneira de o fazer incluindo a feitura de documentos. Terminou a intervenção referindo que para dar esse apoio necessitava de ter um espaço para reunirem e foi aí que se lembrou da União das Freguesias de Setúbal, uma vez que é uma mais-valia para a população e não tem custos. O site é www.gepe.pt -----
A Presidente da Mesa agradeceu não só a intervenção como a intenção do grupo e desejou-lhes um bom trabalho.-----

Não havendo mais nenhuma intervenção nem nenhum assunto a tratar, a Presidente da Mesa, após ler as deliberações feitas em minuta desta ata, colocou a mesma para votação, a qual ficou aprovada por unanimidade e deu por encerrada a Sessão, quando eram vinte e quatro horas. -----

E para constar se lavrou a presente ata que contem catorze páginas e que depois de aprovada em Sessão da Assembleia de Freguesia, vai ser assinada e autenticada pelos membros da Mesa. -----

REDIGIDA E DACTILOGRAFADA POR: Maria Luísa Marques
CORRIGIDA POR: Donatília Moço

Presidente da Assembleia de Freguesia AMA Resgion

1ª Secretária Donatília Moço

2ª Secretária Amélia

(CDU)

Moção

Recebido
18/12/2014
Aprovada

Em defesa das 35h de trabalho na Administração Pública Local semanal

Os trabalhadores da Administração Pública Local têm sido atingidos, por este Governo, com um conjunto alargado de medidas restritivas dos seus direitos mais elementares, como o corte nos salários ou o congelamento da evolução das carreiras. Entre essas medidas surgiu, também, a tentativa de aumentar o horário de trabalho das 35 para as 40 horas semanais.

Esta medida foi avaliada pelo Tribunal Constitucional que decidiu permitir o alargamento do horário mantendo uma cláusula de salvaguarda que possibilitava a manutenção dos atuais horários em caso de acordo entre as autarquias e os sindicatos representativos dos trabalhadores, materializados nos designados Acordos Coletivos de Entidade Empregadora (ACEP). Até a data, foram assinados mais de 400 destes acordos expressando a manutenção das 35 horas de trabalho semanais.

Contudo, o Governo bloqueou a publicação dos acordos referidos e recorreu ao Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República para emissão de parecer que correspondesse aos seus objetivos políticos. No entanto, o referido parecer fere princípios constitucionais fundamentais como o do livre direito à celebração de Acordos Coletivos de Trabalho e a autonomia do Poder Local Democrático, pois o único poder dos Governos relativamente às Autarquias «consiste na verificação do cumprimento da Lei por parte dos Órgãos Autárquicos», como está expresso na conjugação dos artigos 199, alínea d) e 242.º, n.º1 ambos da Constituição da República Portuguesa. Por outro lado, ao Governo não assiste o direito de contratar em nome das autarquias ou de influenciar as suas competências próprias, como é o caso da gestão e organização dos seus trabalhadores, conforme se lê nos artigos 19.º, alínea e) e 35.º, n.º2 alínea a), ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que regula as competências das Autarquias.

Assim, com base no exposto acima, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, reunida em Setúbal a 18 de Dezembro de 2014, decide:

1. Expressar o seu repúdio pelo objetivo do Governo em aplicar aos trabalhadores da Administração Pública mais uma medida profundamente lesiva dos seus direitos como é o aumento do horário de trabalho semanal
2. Manifestar o seu repúdio pela intromissão ilegítima e ilegal do Governo nos Acordos de Trabalho livremente celebrados entre Autarquias e Sindicatos
3. Manifestar o seu repúdio pela intromissão do Governo na autonomia do Poder Local Democrático ferindo, assim, princípios Constitucionais elementares
4. Manifestar a sua solidariedade com a luta que os trabalhadores da Administração Pública têm desenvolvido na defesa dos seus direitos nomeadamente na manutenção do horário de 35 horas semanais
5. Remeter a presente Moção ao Senhor Presidente da República, à Senhora Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República

ENTRADA JS



Bloco de Esquerda

Moção
Contra o Processo de Municipalização das Escolas

18/12/2014
Aprovada

Considerando que:

Está em curso um processo de municipalização de competências em matéria de educação, materializado através da assinatura pelo Estado, com diversos Municípios, de contratos inter administrativos de delegação de competências.

Este é um processo que tem sido desenvolvido com secretismo, com a intenção de evitar que dele tenha conhecimento a comunidade educativa e em especial professores e professoras, de forma a evitar qualquer tipo de contestação.

Tais contratos assentam sobretudo em pressupostos economicistas, visando a desresponsabilização do Estado relativamente a um sector essencial como é o da educação.

As autarquias em dificuldades financeiras, têm sido aliciadas com a transferência de verbas e com "coeficientes de eficiência" que configuram a atribuição de financiamento no valor de 13594,71 Euros/ ano por cada docente que consigam dispensar.

Todo este processo significa também uma grande ingerência na gestão dos estabelecimentos de ensino, ficando a autonomia dos mesmos ainda mais amordaçada. Com efeito, ... A transferência de verbas para as autarquias fará com que gestão passe a ser feita por estas. Essa gestão também passará a ser feita ao nível dos recursos humanos e técnicos. Os contratos permitem que 25% do currículo seja gerido localmente, o que implicará a definição e contratação ao nível local de recursos que assegurem esta percentagem do currículo. A experiência de gestão de pessoal nestas circunstâncias, quer seja quanto a pessoal das Actividades Extracurriculares ou a pessoal auxiliar de acção educativa, demonstra-nos que muitas vezes as autarquias recorrem a contratação com vínculos precários ou até mesmo à medida Contratos Emprego Inserção (CEI e CEI+).

Estamos num país onde as assimetrias são cada vez mais acentuadas, favorecendo tal facto um crescendo de desigualdade de oportunidades e de discriminação no acesso a uma educação de qualidade.

A aposta desenfreada na privatização leva a financiamentos de escolas privadas e, em paralelo, a um empobrecimento da escola pública, aumentando os alunos por turma, reduzindo os currículos, despedindo professores e professoras.

Com a municipalização o Estado pretende livrar-se da sua responsabilidade na educação, configurando um abandono claro daquela que devia ser a prioridade das prioridades para um País que se quer desenvolver; Este processo põe-nos perante uma educação em saldos e a retalho. A escola pública ficará refém de um caciquismo autárquico de favorecimentos e amiguismos em desprimir da qualidade, da transparência e do rigor que as nossas crianças e jovens têm direito.

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Setúbal, reunida em Sessão Ordinária a 18 de Dezembro de 2014, pronuncia-se contra o processo em curso em diversas autarquias do país e exige a sua suspensão imediata.

1- Recusa qualquer processo de municipalização da educação.

2 - Solidariza-se com a luta das professoras, professores e restante comunidade educativa contra a municipalização da educação.

3 – Apela à promoção de um encontro entre autarquias para contestação do processo de municipalização da Educação.

4 - Enviar a presente Moção a suas Excelências o Primeiro-Ministro, o Ministro da Educação e ^{Ciência} ~~Cultura~~, o Secretário de Estado da Administração Local, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, aos Sindicatos de Professores e da Administração Local e à Câmara e Assembleia Municipal de Setúbal.

Setúbal, 18 de Dezembro de 2014

Calos Branco, eleito pelo Bloco de Esquerda.

ENVIADA

SAUDAÇÃO

Recebido
18/12/2014
Aprovado por
unanimidade

Os eleitos ~~da Coligação "POR SETÚBAL, POR SI" (PPD/PSD - CDS-PP)~~ na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Setúbal, congratulam-se com decisão da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que reconheceu o "cante alentejano" como Património Cultural Imaterial da Humanidade.

O "cante alentejano", um canto coletivo, onde as estórias, a poesia e a música, sem recurso a instrumentos, se combinam de forma única nas vozes dos seus cantadores, é uma das mais nobres expressões culturais da identidade de um povo, de uma região, de um país.

Desde o passado dia 27 de novembro que o "cante alentejano" deixou de ser exclusivamente do Alentejo e dos portugueses. Este passou a ser da Humanidade!

Saudamos, com elevado apreço, todos os alentejanos, cantadores, grupos de cantares, associações e outros, que de forma individual, ou coletiva, estiveram presentes desde a primeira hora na defesa da candidatura do "cante alentejano" a Património Cultural Imaterial da Humanidade.

Concluindo, estamos certos de que esta riqueza poética e musical do nosso Alentejo será assegurada às próximas gerações.

Setúbal, 18 de dezembro de 2014

Os deputados da coligação **POR SETÚBAL, POR SI** (PPD/PSD - CDS-PP)

Ina Maria Guerra Espinho Neto
João
João
João